Universidade do Minho
Conselho Geral

Reunião do Conselho Geral da Universidade do Minho

Projeto da Ata N.º 8/2022

Aos sete dias do mês de outubro de dois mil e vinte e dois, pelas nove horas, reuniu-se no Salão Nobre da Reitoria – Largo do Paço, o Plenário do Conselho Geral da Universidade do Minho (Conselho), com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Aprovação das atas n.º 6/2022 e n.º 7/2022, referentes às reuniões plenárias de 27 de junho e 22 de julho de 2022;
2. Designação do/da presidente do Conselho de Ética da Universidade do Minho;
3. Resultados do Concurso Nacional de Acesso ao Ensino Superior/UMinho – 2022-2023;
4. Extinção da subunidade orgânica da Escola de Ciências – Centro de Biologia Funcional de Plantas;
5. Informações sobre os projetos de orçamento da UMinho e dos SASUM;
6. Caraterização do património edificado da Universidade;
7. Permuta de imóveis – proposta a apresentar ao Conselho de Curadores da Fundação UMinho;
8. Participação da Universidade na Associação RAIL CoLAB – Collaborative Laboratory for the Future Railway System;
9. Reflexão sobre a organização do sistema de investigação e inovação da Universidade.

Estiveram presentes o(a)s Conselheiro(a)s, Maria Joana Raposo Marques Vidal, que presidiu a reunião, Ana João Gomes Rodrigues, António Carlos Fernandes Rodrigues, Delfina Rosa Rocha Gomes, Isabel Maria Costa Soares, Joana Rodrigues Arantes Silva, João Afonso Maia da Silva, João Manuel Cardoso Rosas, Luís António Martins Santos, Maria Cláudia Gonçalves Cunha Pascoal, Manuela da Assunção Borges Vaz Soares, Patrícia Espinheira Sá Maciel, Paulo Alexandre Costa Araújo Sampaio, Ricardo Duarte Faria Lopes, Rui Jorge Machado Oliveira, Tiago Filipe Silva Miranda, Tiago José Quinteiros Lopes Henriques da Silva, e Victor Manuel Sousa Rego Duarte Soares. Esteve também presente o Reitor, Professor Rui Vieira de Castro. Participou por videoconferência o Conselheiro Nuno Miguel Dias Cerca. Justificaram a ausência o(a)s Conselheiro(a)s Ana Margarida Silva Gonçalves, Ángel Maria Carracedo Alvarez, Joaquim Agostinho Castro de Freitas e Marta Alexandra Teixeira Mestre. A folha de presenças encontra-se anexa à presente ata e dela faz parte integrante (Anexo I).

Previamente ao início da sessão, tomou posse como representante dos Estudantes no Conselho Geral o Dr. João Afonso Maia da Silva.

A Presidente colocou à consideração dos membros do Conselho a alteração da ordem de trabalhos, face ao pedido do Reitor de exclusão do *ponto 4. Extinção da subunidade orgânica da Escola de Ciências – Centro de Biologia Funcional de Plantas* e à solicitação da Conselheira Ana João Rodrigues para que fosse incluído um ponto para debate da situação de subfinanciamento a que está sujeita a Universidade, mais centrado nas dificuldades sentidas pelos centros de investigação no desenvolvimento da sua atividade, acompanhado pela análise da exposição dirigida ao Conselho pelo Centro de Investigação ICVS da Escola de Medicina. A alteração da ordem de trabalhos foi aprovada por unanimidade.

No ponto antes da ordem do dia, a Presidente informou da não disponibilidade do Professor Nuno Sousa para estar presente na sessão em curso, colocando à consideração as datas de 26 e 27 de outubro para a realização de uma sessão plenária com vista à sua audição do Senhor Professor, decorrente da sua demissão do cargo de Presidente da Escola de Medicina, tendo a mesma sido agendada para o dia 26 de outubro, às 10h00.
No âmbito dos diversos convites que lhe são dirigidos na qualidade de Presidente do Conselho, designadamente para as cerimónias dos dias da Unidades Orgânica de Ensino e Investigação (UOEI), e face à dificuldade de responder afirmativamente à sua grande maioria, sugeriu fazer-se representar por um dos membros do Conselho sempre que a sua presença não seja possível. Esta proposta foi acolhida por unanimidade dos membros presentes.

Em nome do Movimento Universidade Cidadã, o Conselheiro Luís Santos procedeu à leitura de uma nota de pesar pelo falecimento da Professora Doutora Lúcia Maria Portela de Lima Rodrigues, Professora Catedrática da Escola de Economia e Gestão e membro do Conselho Geral no período de período de 16 de março de 2009 a 5 de abril de 2017, a qual se encontra anexa à presente ata e dela faz parte integrante (Anexo II). A Presidente considerou que o Conselho com os procedimentos tidos anteriormente e com a nota de pesar agora apresentada prestou a homenagem à ex-Conselheira, Professora Doutora Lúcia Rodrigues.

Ainda neste ponto, e no âmbito da aplicação da Circular ADM-03/2022 – Abertura do processo de candidatura ao acesso a parques de estacionamento nos campi da UMinho, o Conselheiro Victor Soares transmitiu a preocupação de um conjunto vasto de trabalhadores da Universidade, designadamente trabalhadores técnicos, administrativos e de gestão (TTAG), pelo facto dela resultar, para além do agravamento do custo do acesso aos parques, que os utentes fiquem impedidos de proceder ao pagamento do montante anual por via prestacional. Considerando o elevado número de trabalhadores que auferem salários reduzidos, bem como o aumento exponencial do custo de vida, apelou ao Reitor para diligenciar no sentido de tornar ainda possível a possibilidade de pagamento prestacional do custo anual de acesso aos parques. O Reitor disse julgar existir uma razão de natureza legal para essa tomada de decisão, mas que necessitaria de confirmar esse facto, sendo que, a não existir essa imposição legal, poder-se-á proceder a uma revisão dessa decisão. No que respeita ao aumento do preço, afirmou que este se situa na ordem dos 10%, fazendo notar que esse valor é

incomparavelmente mais baixo do que aquele que é praticado em outras instituições e que é necessário atender aos custos de manutenção dos equipamentos associados ao controle de entrada nos parques.
O Conselheiro Victor Soares referiu que, no seu entender, poderá haver uma limitação legal no que diz respeito à dedução das prestações no vencimento mensal dos trabalhadores, o mesmo não se aplicando à possibilidade de pagamento prestacional.

1. Aprovação das atas n.º 6/2022 e n.º 7/2022, referentes às reuniões plenárias de 27 de junho e 22 de julho de 2022

Foram aprovadas, por unanimidade, as atas n.º 6/2022 e n.º 7/2022, referentes às reuniões plenárias de 27 de junho e 22 de julho de 2022.

2. Designação do/da Presidente do Conselho de Ética da Universidade do Minho

A Presidente leu a nota enviada pela Conselheira Ana Margarida Gonçalves, que aqui se reproduz *"Gostaria de partilhar que tive oportunidade de ter aulas com a Prof.ª Doutora Cecília Leão, no âmbito de Ética em Investigação, tanto na Universidade do Minho como na Universidade de Coimbra. A experiência destas aulas notou a excelência de partilha de conteúdo, interesse e dinamismo, tendo obtido o melhor feedback dos meus colegas estudantes de todos os ciclos de estudos. Além do vasto currículo e experiência passíveis de verificar na biografia da Prof.ª Doutora Cecília Leão, gostaria humildemente de salientar que é também uma pessoa muito comprometida com o bem-estar dos estudantes, com uma proximidade, empatia e transparência altamente benéficas para o corpo estudantil. Por estes motivos, saliento o meu contentamento e total apoio relativo à possibilidade da Prof.ª Doutora Cecília Leão ser candidata para o cargo de Presidência do Conselho de Ética."*
Seguiu-se o escrutínio secreto, do qual resultou a designação, por unanimidade, da Professora Doutora Maria Cecília de Lemos Pinto Estrela Leão, Professora Emérita da Universidade do Minho, para presidir ao Conselho de Ética da UMinho (mandato 2022/2026) - Deliberação do CGeral n.º 20/2022.

3. Resultados do Concurso Nacional de Acesso ao Ensino Superior UMinho – 2022-2023

O Reitor informou que a Universidade havia colocado a concurso cerca de 3000 vagas, menos cerca de 20 vagas relativamente ao ano anterior, tendo resultado da primeira fase do concurso o preenchimento de 2880 dessas vagas, representando o preenchimento de 96,4% das mesmas. Relevou o facto de, das vagas preenchidas, 132% corresponder a estudantes que escolheram a UMinho como primeira opção, tendo esta procura excedido significativamente valores anteriores, ficando assim a Universidade em quarto lugar entre as instituições de ensino superior em Portugal, depois do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa (188%), da Universidade do Porto (182%) e da Universidade Nova de Lisboa (172%). Relativamente ao número de colocados, informou que o maior número corresponde à Universidade de Lisboa, onde foram colocados cerca de 7500 estudantes, seguindo-se a Universidade do Porto com 4600 estudantes, a Universidade de Coimbra com 3300 e depois a UMinho com 2880.

Transmitiu que ficaram por preencher 122 vagas, que reportam a 8 dos 58 cursos de formação inicial existentes na UMinho, sendo que estes cursos se distribuem pela Escola de Engenharia, pela Escola de Ciências e pelo Instituto de Ciências Sociais, tendo todas as outras UOEI preenchido na totalidade as vagas a concurso. Informou que os cursos em causa dizem respeito a Engenharia de Polímeros, Engenharia Eletrónica Industrial e de Computadores, Engenharia de Telecomunicações e Informática, Engenharia Têxtil, Proteção Civil e Gestão do Território, Física, Química e Optometria e Ciências da Visão, referindo que esta situação tem diferentes contornos, havendo casos em que a escassa procura está em linha com aquilo que é verificável no contexto nacional, como a Engenharia Eletrónica Industrial e de Computadores e a Química, e outros que, embora tenham baixa procura, possuem um histórico relevante na Universidade sendo, em alguns casos, a única instituição a oferecê-los, como é o caso da Engenharia Têxtil. Deu de seguida a conhecer os números precisos dos resultados destes cursos - Engenharia de Polímeros 22 vagas não preenchidas em 30; Eletrónica Industrial e de Computadores 21 vagas não preenchidas em 88; Engenharia de Telecomunicações e Informática 18 vagas não preenchidas em 36; Engenharia Têxtil 17 vagas não preenchidas em 25; Proteção Civil e Gestão do Território 16 vagas não preenchidas em 24, Física 10 vagas não preenchidas em 27; Química 14 vagas não preenchidas em 24 e Optometria e Ciências da Visão 4 vagas não preenchidas em 37. Transmitiu, ainda, alguns elementos complementares relativamente à 1.ª fase do concurso, designadamente, que a classificação mais elevada do último estudante a entrar na Universidade ocorreu no curso de Engenharia Aeroespacial com 186,2 valores, seguindo-se o Mestrado Integrado em Medicina com 185,8, o Mestrado Integrado em Arquitetura, as Licenciatura em Direto, Gestão Industrial, Gestão, Engenharia Biomédica e Psicologia, todos eles acima 17,1 valores. No que respeita à 2.ª fase do concurso nacional, cujas vagas resultam do número de estudantes colocados que não se inscrevem na 1.ª fase, informou que se manteve a situação crítica em alguns dos cursos, concretamente, Licenciatura em Química, Proteção Civil e Gestão do Território, Engenharia Têxtil e Engenharia de Telecomunicações e Informática, tendo ainda ficado com vagas por preencher na segunda fase a Bioquímica, curso que tinha preenchido todas as vagas na primeira fase, Engenharia de Polímeros e Engenharia Eletrónica Industrial e de Computadores.

Pese embora a existência de áreas com alguma debilidade na procura, considerou os resultados obtidos pela Universidade muito bons, traduzindo uma adequação da oferta educativa à procura social e uma capacidade de responder a interesses e necessidades dos estudantes que querem ingressar no ensino superior, salientando o facto de a maioria dos cursos terem preenchido todas as vagas e com classificações significativas da qualidade dos estudantes que ingressaram na Universidade. Informou que tem vindo a ser discutida com as direções das UOEI uma resposta para as áreas com maior dificuldade de preenchimento de vagas, entendendo ser necessário refletir sobre algumas das opções que vão sendo tomadas sobre oferta formativa, face à escassez de recursos existentes.

Finda a apresentação, foi aberto o debate e conferida a palavra ao Conselheiro João Rosas que considerou os resultados obtidos pela Universidade muito bons, mas chamou a atenção para o facto de a Universidade apresentar há vários anos uma tendência cumulativa de oferecer mais formações, entendendo que, face à

atual dimensão da instituição, o conjunto de formações de primeiro grau poderá ser excessivo, podendo conduzir a que os recursos, a todos os níveis, não sejam suficientes para garantir formações com a qualidade atual. Disse preocupá-lo também o facto de no corrente ano letivo estarem a funcionar duas novas licenciaturas ao nível primeiro ciclo, sem que tenha sido reequacionado a continuidade das formações que não têm procura, muito embora tenha havido algum ajuste ao nível da fixação do numerus clausus.

Foi também entendimento do Conselheiro Tiago Silva de que a Universidade, em articulação direta com as UOEI, deveria efetuar uma reanálise da oferta formativa atual, tendo em consideração a manutenção de formações transversais, como é o caso da Física e da Química, e a descontinuidade de cursos cuja procura tem vindo a diminuir significativamente. Enalteceu o facto de a Universidade ter registado a procura em primeira opção por um elevado número de estudantes, estando muito bem posicionada a nível nacional, e questionou em particular qual a evolução da Licenciatura em Proteção Civil e Gestão do Território, dado tratar-se de uma formação muito recente na Universidade e cuja procura não foi nunca de encontro à expetativa inicial.

O Reitor disse estar de acordo com as intervenções anteriores, entendo que, comparativamente com a oferta educativa de outras instituições de dimensão semelhante ou superior, é possível constatar que existe atualmente na Universidade um portfolio de cursos bastante elevado e extenso, devendo este facto ser alvo de uma reflexão em articulação com as diferentes UOEI. Referiu que nos últimos anos foram abertos vários cursos, numa lógica cumulativa, sendo que alguns se revelaram apostas erradas e outras certas, como é o caso das Licenciaturas em Artes Visuais, em Teatro e em Design do Produto, que se afirmaram fortemente, e já no corrente ano Engenharia Aeroespacial. No seu entender, face às circunstâncias concretas de escassez de recursos, a estratégia futura deverá ser a de consolidar a oferta formativa existente e não fomentar a sua expansão contínua, especializando a mesma em função daquele que é o sucesso dos vários cursos. Chamou a atenção para o facto de nos últimos três anos terem sido concedidas condições excecionais de acesso ao ensino superior, cenário que irá ser inevitavelmente invertido nos próximos anos, pelo que este poderá ser o momento particularmente adequado para uma reflexão sobre qual o perfil pretendido para a Universidade no que diz respeito à sua oferta educativa. Disse haver transformações em curso, sendo uma delas a aposta na formação não conferente de grau, face às tendências conhecidas que irão afetar a procura, muito embora a formação conferente de grau continue a ser o elemento que identifica, carateriza e distingue a Universidade.
Em resposta ao Conselheiro Tiago Silva, informou que a Licenciatura em Proteção Civil e Gestão do Território tem desde o seu início revelado dificuldades e debilidades que não têm sido superadas, razão pela qual o Instituto de Ciências Sociais deverá refletir sobre o seu futuro. Ainda no âmbito dos cursos que apresentam dificuldades de captação de estudantes, entendeu que todas as UOEI deverão proceder à análise da sua oferta educativa, numa perspetiva abrangente e ponderando a Universidade no seu conjunto, esperando que isso venha a ser feito ao longo do corrente ano letivo nos órgãos próprios, seja ao nível dos Conselhos Pedagógicos, seja na Comissão Pedagógica do Senado Académico. Relevou a importância de nesta análise não ser tido apenas em atenção o melhoramento do preenchimento das vagas a concurso, mas também a qualidade dos

estudantes que ingressam na Universidade e em que opção a escolhem, dado que a taxa de abandono é mais elevada nos estudantes entram nos cursos em terceira, quarta ou quinta opção. Por último, considerou que, independentemente da procura, a Universidade não deve prescindir da oferta formativa em áreas como a Física e a Química, por se tratarem de áreas definidoras das UOEI e do próprio modelo educativo existente na Universidade.

A Conselheira Patrícia Maciel sugeriu que esta matéria fosse alvo de uma reunião da Comissão Especializada de Educação, Investigação e Interação com a Sociedade (CE-EIIS), eventualmente em interação com as Comissões respetivas do Senado Académico, considerando revelante para o efeito a disponibilização dos dados de empregabilidade dos cursos que têm maior dificuldade no preenchimento das vagas. Para além da perspetiva macro da Universidade e das áreas que se pretendem manter, independentemente da sua procura, considerou igualmente importante a análise das atuais estratégias de comunicação, na medida em que, em alguns dos cursos, poderá a Universidade estar a reconhecer interesse que não está a ser identificado pelos candidatos em termos de aplicações possíveis.

Pediu novamente a palavra o Conselheiro Tiago Silva para questionar o Reitor sobre a existência ou não de informação relativamente à capacidade de captação pela Universidade de estudantes para além daquela que é a área geográfica de ação mais comum, concretamente, se a Universidade está a ser competitiva pela oferta que disponibiliza ou apenas pelo critério regional. Tendo em consideração que o financiamento das instituições de ensino superior está em muito associado ao número de estudantes do primeiro ciclo, questionou o Reitor sobre o futuro das UOEI e/ou dos departamentos onde estão sediados os cursos com menos procura, face à opção da Universidade em manter a oferta educativa em áreas entendidas como transversais, independentemente da sua procura.

O Conselheiro António Rodrigues fez referência ao facto de nos últimos anos se ter assistido a uma transição, não só no mercado de trabalho, mas também na forma como as universidades portuguesas se adaptaram por via da extinção dos Mestrados Integrados, funcionando agora ao nível das Licenciaturas e dos Mestrados. Considerou importante a análise do impacto desta alteração, por entender que há uma maior pressão do mercado de trabalho para que os profissionais nele sejam rapidamente inseridos, principalmente nas profissões com maior procura, o que conduzirá posteriormente a uma procura de mestrados quer ao nível nacional, quer ao nível internacional, em áreas específicas das empresas na qual trabalham. Chamou a atenção para o facto de neste novo modelo de funcionamento os estudantes já não estarem cativos durante cinco anos, mas apenas em três, sendo necessário que as UOEI repensem os seus cursos de Mestrado, eventualmente com recurso a parcerias com outras instituições, de modo a atrair estudantes e investigadores para áreas mais especializadas. Por último, salientou o facto de a Universidade dever estar preparada para a formação via online ao nível das pós-graduações, e procurar um elenco de docentes de renome, como forma de atração dos estudantes.

O Reitor agradeceu as questões colocadas e, relativamente à reflexão sobre a procura, disse tratar-se de uma matéria que tem sido alvo de análise nos diferentes órgãos da Universidade e sobre a qual existe já uma compilação dos dados que permitem perceber quais são as principais tendências com que a mesma se vai confrontando, dados esses que poderão ser facultados à CE-EIIS do Conselho. No que respeita à comunicação com os públicos, referiu que a Universidade possui várias ações que permitem envolver estudantes do ensino básico e secundário em programas específicos, de que são exemplos as iniciativa *Verão No Campus* e *Melhores Alunos*, através das quais esses estudantes têm uma interação direta com as UOEI em atividades orientadas para a sua oferta educativa. Sobre a captação dos estudantes e do impacto da mesma ao nível regional e nacional, referiu que serão também compilados os dados relativamente a este aspeto e informou que, nos cursos do primeiro ciclo, a abrangência preponderante de todas as universidades é ao nível regional, sobretudo por questões económicas, muito embora tenham capacidade de atrair estudantes oriundos de outras áreas geográficas. Quanto à questão do financiamento da Universidade, concordou que ela não poderá ser o único critério a ter em consideração no momento da definição da oferta educativa, face à responsabilidade da instituição em manter áreas científicas transversais, apesar de ao longo dos anos elas terem conhecido variações de procura muito significativas. Ainda sobre o financiamento, recordou que o orçamento para 2023 será efetuado por UOEI, permitindo assim que as propinas lhes imputadas como receita da unidade, podendo constituir um instrumento para as UOEI utilizarem na definição das suas opções de oferta educativa. Relevou as questões levantadas pelo Conselheiro António Rodrigues no que se refere aos impactos da extinção dos mestrados integrados, na medida em que estes permitiam uma maior naturalização da relação dos estudantes com o curso e com a Universidade, que agora vai deixar de existir. Disse ser fundamental que a Universidade foque a sua atenção em três planos: um primeiro que se prende com a necessidade de transmitir aos estudantes a relevância da formação subsequente; um segundo que diz respeito à definição do modo como será materializada a articulação da formação ao nível da licenciatura e de mestrado, se apostando na continuidade face às formações de base, como é o caso da Escola de Engenharia, ou diversificando a oferta ao nível do 2.º ciclo, opção assumida pela Escola de Psicologia; e um terceiro de articulação da Universidade com os potenciais empregadores, referindo que nesta área a Universidade está já a trabalhar em formações não conferentes de grau, desenhadas muito em interação direta com os empregadores. Salientou a forma como a Universidade se está a relacionar com os seus antigos estudantes, designadamente, através do lançamento de um conjunto de plataformas que asseguram a ligação destes à instituição e de iniciativas que os tornam também colaboradores na atividade de formação. Por último, e relativamente à formação via online, considerou que ela tenderá a consolidar-se no futuro, face à possibilidade de através dela se multiplicarem as fontes de formação, e que a experiência tida ao longo dos dois últimos anos permitirá tirar o melhor partido da mesma.

A Presidente questionou a existência de elementos que permitam uma análise de públicos mais alargados ao nível de mestrados, tendo o Reitor informado ser ainda cedo para se perceber o impacto da extinção dos mestrados integrados, mas que está a ser dada particular atenção a essa matéria, com vista à definição da

estratégia a adotar, sobretudo na pós-graduação, mestrado e doutoramento, de modo a acentuar a diversidade das várias UOEI e possibilitar o recrutamento de estudantes nacionais e estrangeiros.

A Conselheira Manuela Soares fez referência ao facto de em instituições de ensino superior estrangeiras existirem cursos de mestrados lecionados por escolas de diferentes universiddes, o que constituiu uma oferta mais abrangente e vasta e com múltiplas competências. Considerou que a análise a realizar deverá incidir não só nos resultados da Universidade, mas incluir também na análise de instituições estrangeiras que já fizeram este caminho há mais tempo.

O Conselheiro Paulo Sampaio referiu que, relativamente à avaliação do impacto do processo de transição, ela só será possível efetuar no final do ano letivo 2023/2024, altura na qual haverá os primeiros licenciados sem acesso direto aos mestrados, devendo assim escolher entre um mestrado de continuidade, ou em outra área, na Universidade ou numa outra instituição. No seu entender, no processo de reestruturação dos cursos dever-se-ia ter apostado no ensino em língua inglesa, como forma de atração de estudantes internacionais, e recordou o projeto ARQUS como sendo uma oportunidade única de a Universidade estar envolvida numa universidade europeia e a partir daí serem lançados cursos em parcerias com outras instituições que dela fazem parte. Adicionalmente, fez referência ao projeto Aliança de Pós-Graduação, projeto em colaboração direta com as empresas numa ótica de *upskilling* e *reskilling*, entendendo que através dele a Universidade terá grandes oportunidades para reforçar a sua oferta educativa, sem que isso invalide as reflexões e o trabalho de preparação que terão de ser realizadas com vista a acautelar o futuro.

Sobre os cursos ministrado em conjunto por várias UOEI, o Reitor considerou que a tendência será para um aumento dessa oferta educativa e que a Universidade tem já uma tradição de criação de cursos que mobilizam diversas UOEI. No que respeita aos cursos interinstitucionais, disse estarem já firmados vários protocolos entre as universidades no âmbito da ARQUS para a oferta de um programa conjunto nas áreas da cibersegurança e tradução e salientou o facto de, para além dos cursos em parceria, a ARQUS abrir também uma oportunidade de mobilidade de docentes e de estudantes. Transmitiu ainda ao Conselho que estão também em desenvolvimento quatro cursos, de mestrado e doutoramento, envolvendo três universidades do norte de Portugal e três da Galiza.

4. Subfinanciamento das Unidades de Investigação

A Presidente informou que a inclusão deste ponto na ordem de trabalhos havia sido solicitada pela Conselheira Ana João Rodrigues, e que a matéria do subfinanciamento tinha já sido objeto de grande preocupação por parte dos membros do Conselho, considerando a existência de dois planos sobre esta matéria: um que diz respeito à questão em geral do financiamento do ensino superior, e um outro relativo às dificuldades com que se debatem as Unidades de Investigação na concretização dos seus projetos, decorrentes do subfinanciamento. Propôs como metodologia de debate a análise em primeiro lugar da situação do financiamento da investigação, decorrente da exposição dirigida ao Conselho por investigadores, docentes e estudantes dos 2.º e 3.º ciclos da

Escola de Medicina da UMinho, a qual poderá ser consultada no Anexo III da presente ata, e que dela faz parte integrante. Leu de seguida as questões colocadas pelos signatários da exposição, designadamente, 1) Porque é que os investigadores/docentes não conseguem cumprir com a sua função na UMinho? 2) Porque é que os investigadores/docentes que angariam verbas competitivas não conseguem encomendar os materiais, reagentes, e equipamentos necessários à prossecução dos seus projetos de investigação e desenvolvimento (I&D)? 3) Como é que não se cumpre com um plano de trabalho previamente assumido com uma agência financiadora por falta de condições de execução financeira na UMinho? E, neste contexto, como se poderão honrar os compromissos assumidos? 4) Porque é que o recrutamento de um investigador demora muito mais do que o tempo legalmente exigido?

Foi conferida a palavra à Conselheira Ana João Rodrigues, que informou ter solicitado a inclusão deste ponto em resultado de uma reunião da CE-EIIS na qual a questão do subfinanciamento da Universidade foi abordada na perspetiva do impacto que o mesmo tem na atividade de investigação, na formação pós-graduada (2.º e 3.º ciclos), bem como nos índices motivacionais dos investigadores e estudantes de pós-graduação, face às dificuldades com que atualmente se confrontam no desenvolvimento da sua atividade. Disse ser também signatária da exposição remetida ao Conselho por quase cem investigadores, docentes e estudantes dos 2.º e 3.º ciclos da Escola de Medicina da UMinho, e que, no seu entender, a mesma poderia ter sido assinada por investigadores, docentes e estudantes de outras UOEI, por se reverem no seu conteúdo. Deu alguns exemplos de como a investigação está a ser afetada pelo modelo de gestão atual da atividade de investigação, entre outros, os constrangimentos na aquisição de bens, serviços e equipamentos que inviabilizam as atividades de I&D, e que são transversais a várias UOEI. Chamou a atenção para o facto de esta situação estar a afetar o bom nome da Universidade e também o dos seus investigadores e docentes, dado que se registam atrasos de vários meses nos pagamentos de encomendas associadas a projetos de I&D, mesmo de projetos cujas agências financiadoras pagam adiantamentos. Referiu que estes atrasos têm também impacto ao nível da formação do 2.º e 3.º ciclos, na medida em que os estudantes de mestrado e doutoramento não têm acesso a consumíveis e a materiais bibliográficos atempadamente, conduzindo assim a atrasos significativos nos prazos de conclusão das respetivas teses. Ainda neste âmbito, entendeu que, para além do impacto da situação nos atuais estudantes, esta poderá também ser prejudicial à Universidade no que aos potenciais candidatos diz respeito, se lhes for dado a conhecer que a instituição não disponibiliza as condições necessárias para a execução dos seus projetos. No que respeita às atividades de apoio aos projetos de investigação, disse haver uma duplicação de trabalho por parte dos investigadores, docentes e técnicos responsáveis pela tramitação dos processos ao nível das UOEI e das unidades de serviços, dado que, face aos atrasos verificados, na maioria dos casos é necessário voltar a repetir toda a tramitação com vista à execução orçamental dos projetos. Relevou a perda de dinheiro para a Universidade por força da não execução atempada dos projetos, muitas das vezes conducentes à devolução de verbas às entidades financiadoras, e disse não estarem a ser honrados os compromissos assumidos com as agências financiadoras, com os fornecedores e com os próprios investigadores que conseguiram angariar verbas competitivas em projetos e com escrutínio a nível

internacional. Face à gravidade da situação, considerou não ser possível dar continuidade ao atual modelo de gestão dos projetos de I&D, o qual põe em causa a reputação dos investigadores e docentes que assumiram compromissos e não conseguem responder ao mesmo nível das entidades parceiras desses projetos, muito embora tenham verba para o fazerem, chegando mesmo a ser necessário solicitar aos colaboradores dessas instituições para adquirirem reagentes e outros materiais para poderem prosseguir os seus trabalhos. Fez referência ao facto de a Universidade conhecer previamente as especificidades de cada projeto aprovado, bem como os respetivos orçamentos, e de as verbas de investigação deverem ser consignadas para os respetivos projetos de investigação, sendo que, na maioria das vezes, mesmo estando já a verba na Universidade por via de adiantamento e/ou reembolsos, investigadores têm os mesmos constrangimentos.
Entendeu ser o momento de assumir que a investigação tem vindo a ser penalizada, com efeitos dramáticos nas atividades de I& no imediato e a longo prazo, bem como a causar danos reputacionais nos investigadores e docentes. Considerou que, se a génese do problema é o subfinanciamento da Universidade, é preciso ser transparente e assumir que a Universidade não tem condições para o desenvolvimento das atividades de I&D, devendo ser revisitado o compromisso do Conselho em elaborar um plano de comunicação, em articulação com o Gabinete de Comunicação, com vista a fazer pressão junto do poder político e da própria sociedade sobre a situação grave a que a Universidade está sujeita. Para além desta iniciativa, sugeriu que fosse aberta à Comunidade Académica a resolução deste problema, com recurso a peritos nesta matéria que possam trabalhar em conjunto com a Reitoria para encontrarem uma solução a curto, a médio e a longo prazo. Na sua opinião, foi já passada a fase de reflexão, sendo necessário tomar medidas concretas para a resolução do problema, face às implicações do mesmo na saúde mental das pessoas da Universidade, nomeadamente estudantes de mestrado e doutoramento que estão em ansiedade constante por não conseguirem terminar os seus trabalhos no prazo estabelecido.

O Conselheiro Tiago Miranda secundou a intervenção da Conselheira Ana João Rodrigues, considerando a situação como sendo complexa, e concordou que se a exposição apresentada tivesse circulado por toda a Universidade teria tido muitos mais signatários, salientando ainda o facto de a mesma, para além de um número significativo de signatários, ter sido também assinada por elementos apoiantes da recandidatura do Reitor, incluindo o anterior presidente da Escola de Medicina, mandatário da lista que o apoiou. Destacou o facto de a exposição identificar que a situação se deve, em grande maioria, a decisões/opções da atual Reitoria, não referindo apenas a existência do problema, mas colocando também na Reitoria responsabilidades relativamente a esta matéria. Na sua opinião, a ideia de que a situação descrita é apenas consequência do subfinanciamento a que a Universidade tem vindo a ser sujeita poderá constituir uma explicação demasiado simplista para o problema, na medida em que, pelo que lhe é dado verificar nos relatórios de execução orçamental, o subfinanciamento afeta a generalidade das instituições do ensino superior, mas nelas a situação não é tão grave como na Universidade. Considerou importante a realização de uma análise interna com vista a perceber como é que se chegou a esta situação e à identificação real do problema, designadamente, se em algum momento foram tomadas decisões que devem agora ser alvo de correção. Relativamente às soluções

possíveis, referiu que as iniciativas de pressão junto das instâncias superiores quanto ao subfinanciamento é algo que não é controlável pela Universidade e mostrou preocupação com o facto de a Ministra da Tutela em ter reclamado mais dinheiro para o ensino superior, o que poderá significar que a proposta de orçamento para 2023 não será a mais favorável. Recordou o facto de ter sido já colocada a possibilidade da contração de um empréstimo para apoio à execução de projetos de investigação, que por questões jurídicas poderá ser difícil de conseguir, assim como a alienação de património, tendo o Administrador da UMinho já informado o Conselho do constrangimento desta solução, dado que a verba dela resultante terá obrigatoriamente de ser investida apenas em património. Face à não existência de soluções imediatas, entendeu dever ser mobilizada a Comunidade Académica na procura ativa da estratégia a seguir, com vista a potenciar as receitas e a reduzir os custos, afirmando estar disposto a subscrevê-la, no caso da sua concordância com a mesma, ainda que com sacrifícios associados. Questionou quais as medidas que estão a ser tomadas para aumentar a resiliência energética da Universidade e, tendo em conta os valores aprovados no âmbito do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR), dos quais a Universidade irá receber uma verba significativa de adiantamento de cerca de 10M€, questionou de que forma irá ser gerido esse adiantamento – se consignado à gestão dos projetos ou libertada a verba à medida das necessidades mais urgentes, bem como se os projetos nele inseridos irão ter o mesmo critério de execução preferencial de término nos 180 dias subsequentes, critério esse que considerou discutível.

Interveio de seguida o Conselheiro Nuno Cerca que, sobre o conteúdo da exposição, disse rever-se nas preocupações dos investigadores do ICVS e recordou que o problema havia já sido identificado há muito tempo pelo Conselho e tem sido alvo de debate em profundidade. No que diz respeito à atribuição desta situação a decisões tomadas pela atual Reitoria, chamou a atenção para o facto de na reunião do dia seis de maio ter sido muito crítico quando à existência de UOEI com maior facilidade de execução das respetivas verbas, como era o caso da Escola de Medicina, tendo o Reitor dito na ocasião tratar-se de uma análise precoce, sendo que em julho foi possível verificar que a situação se mantinha. Considerou que a situação agora vivida pelos investigadores do ICVS é já há muito sentida pelos investigadores da Escola de Engenharia, a qual coloca em risco a competitividade dos projetos desenvolvidos na Universidade, sendo necessário diferenciar aqueles que trazem adiantamento de verba para a Universidade (30% ou 50%) dos restantes. No seu entender, e face à gravidade da situação, muito embora os investigadores e docentes consigam captar financiamento, se a Universidade não tiver capacidade e dinheiro em caixa para gerir mais projetos, especialmente aqueles que não fazem adiantamento de verba, não será possível continuar a submeter mais candidaturas de projetos I&D.

A Presidente considerou que o problema do subfinanciamento se coloca a dois níveis distintos, designadamente, a questão do subfinanciamento ao nível do ensino superior em geral e a situação em concreto do subfinanciamento da Universidade, que é real, e para a qual o Conselho deverá continuar a dar atenção e promover iniciativas para o seu combate, sendo que algumas delas tiveram já resultados positivos por aquilo que foi a alteração dos critérios de financiamento para o Orçamento Geral do Estado (OE) do próximo ano. Concordou com a necessidade de ser levado a cabo um debate interno, no sentido de identificar o que poderá

ser melhor feito com o orçamento existente, remetendo para a gestão mais concreta dos projetos cuja execução está já em curso e dos futuros, dado que, no seu entender, a resolução do problema de subfinanciamento não sanará por si só esta situação, se persistirem os bloqueios na execução orçamental dos projetos. Disse decorrer da exposição apresentada as seguintes reflexões: 1) relativamente aos projetos que são aprovados, serão estes os mais adequados e o seu número exequível, atendendo à capacidade de execução da Universidade? 2) Dado que os projetos com adiantamento na íntegra apresentam também eles dificuldades de execução, o que é que conduz aos bloqueios verificados? 3) Quanto aos projetos que apenas são alvo de adiantamentos em 30% ou 50%, bem como aqueles cuja verba é disponibilizada a título de reembolso, considerou que a gestão de cada um deles deverá ser diferente.

Usou novamente da palavra o Conselheiro Nuno Cerca relembrando que, aquando da apresentação do orçamento para 2022, havia confrontado o Administrador da UMinho com a evidência de que as verbas dos projetos estariam a ser utilizadas para fazer face a despesas não relacionadas com projetos, o que viria a ser por ele confirmado, o que considerou inaceitável, face à obrigatoriedade da consignação destas verbas aos respetivos projetos de investigação. Mostrou indignação com o facto de, atualmente, os estudantes da UMinho, do ISCTE e da UBI serem financiados pelo Orçamento de Estado com um valor inferior ao de outras instituições de ensino superior, e entendeu que a Universidade não deve aceitar apenas a compensação de 2% ou 3%, mas sim exigir equidade de tratamento no que ao financiamento diz respeito.

Foi conferida a palavra ao Reitor que disse conhecer bem as preocupações demonstradas pela Conselheira Ana João Rodrigues e pelos signatários da exposição em análise, a qual considerou estar em linha com afirmações que tem vindo a proferir reiteradamente nos vários órgãos e UOEI. Entendeu que o problema não se esgota na atividade de investigação, tratando-se de uma situação transversal a todo o funcionamento da Universidade no seu conjunto, reconhecendo, no entanto, que os impactos negativos ao nível da dimensão da investigação são mais visíveis. Recordou estarem já em curso medidas concretas para colmatar algumas das ineficiências internas identificadas, chamando, no entanto, à atenção para o facto de alguns dos constrangimentos estarem associados ao peso dos custos fixos da Universidade, bem como a um conjunto de compromissos aos quais é necessário atender de imediato, designadamente, os salários, despesas gerais, despesas com o edificado, e para os quais as verbas que têm sido atribuídas não se revelam manifestamente suficientes. Quanto à afirmação de que a situação atual é afetada pelo atual modelo de gestão, referiu que se por modelo de gestão for entendida a não especialização do financiamento dos projetos apenas para acorrer ao funcionamento dos mesmos, isso se verifica pelo facto de os custos fixos da Universidade serem elevados e em certos momentos haver necessidade de recorrer a verbas globalmente disponíveis, procurando sempre que a atividade de investigação não seja fortemente penalizada, o que no momento atual nem sempre se tem verificado. Informou o Conselho que a Equipa Reitoral tem assumido como orientação e objetivo a simplificação dos procedimentos associados à gestão de verbas e à gestão de projetos de investigação, tendo para o efeito sido constituído um grupo de trabalho integrado por investigadores juniores e seniores, por responsáveis de unidades orgânicas, por responsáveis de unidades de serviços e por técnicos, visando a introdução de

melhorias nas plataformas de gestão de verbas e gestão de projetos. Transmitiu que das reuniões deste grupo de trabalho resultou a identificação de cerca de vinte melhorias nos procedimentos, bem como a produção de um documento, que irá ser partilhado com a Comunidade Académica, relativo aos procedimentos a adotar em vários processos, por forma a serem evitados atrasos na respetiva tramitação face à não satisfação de todos os requisitos exigidos. Deu conhecimento da consignação a uma entidade externa qualificada do projeto de caraterização de todos os processos afetos à Unidade de Serviços Financeiro e Patrimonial (USFP) e à Unidade de Serviços de Recursos Humanos (USRH), com vista à otimização dos mesmos, e que deverá estar finalizado até abril de 2023, considerando que deste processo será possível ganhar agilidade e rapidez nos processos que afetam não só a atividade de investigação, mas também outras dimensões da atividade da Universidade.

Chamou a atenção para o facto de, apesar das iniciativas levadas a cabo internamente, enquanto a questão essencial do subfinanciamento da Universidade não for resolvida, alguns dos problemas persistirão, salientando o facto de, pela primeira vez, haver uma perspetiva de correção da divergência que se vinha acentuando entre o financiamento da Universidade e a média das universidades portuguesas, sendo expetável que a dotação do adicional correspondente à Universidade seja já atribuída em 2023. Considerou também relevante o reconhecimento por parte do Ministério da Tutela da divergência em que a Universidade se encontra em termos de financiamento do OE, face aquilo que resultaria da aplicação da fórmula de financiamento, cujo desvio ascende aos 17M€, cerca de 10% do orçamento atual da Universidade, reconhecimento esse que compromete os responsáveis governamentais e que decorre da ação conjugada da UMinho, do ISCTE e da UBI. Fez ainda referência ao compromisso da Ministra da Tutela para a construção de uma nova fórmula de financiamento do ensino superior, sendo a sua opinião de que, quer ela venha a ser mais simplificada, considerado fundamentalmente a massa salarial e o número de estudantes, quer ela seja mais complexa, incorporando dimensões como a internacionalização ou a investigação, a Universidade ficará sempre a ganhar, na medida em ao longo do tempo ela foi fortemente penalizada. Afirmou que neste momento a Universidade se encontra numa situação relativa de maior conforto, pese embora o aumento dos custos de vários bens e serviços, designadamente do gás e da eletricidade, não sendo conhecido até ao momento se as universidades irão ser contempladas em eventuais medidas de apoio que o Governo possa vir a tomar.

Quanto à pergunta de como é que a Universidade chegou a uma situação tão grave, respondeu ter sido entendido continuamente que ela não podia ser indiferente à procura social e à sua missão de qualificação das novas gerações, razão pela qual, mesmo sabendo que do alargamento do numerus clausus e da criação de novos cursos poderia não resultar nenhuma vantagem financeira, a Universidade quis responder a essa procura, sendo agora conhecidos os custos associados a essa decisão. Fez referência a duas iniciativas que foram também equacionadas como possíveis soluções, e que até ao momento não tiveram consequência, concretamente, a contração de um empréstimo, a aguardar autorização da Tutela e do Ministério das Finanças, mas cujos valores elevados das taxas de juros atuais colocam interrogações sérias, e a gestão do edificado.

Salientou o facto de no ano de 2023 o orçamento da Universidade passar a ser por UOEI, que serão responsáveis pela gestão das receitas por elas geradas e pelas despesas, e informou que será criada uma 13.º unidade, designada por Governo e Administração, para a qual serão carreadas as despesas relacionadas com

a atividade das unidades de serviços, das unidades culturais, das unidades diferenciadas e também dos projetos transversais, identificados numa recente deliberação do Conselho de Gestão. Disse considerar esta medida como fundamental para agilizar a gestão de todos os projetos das UOEI, na medida em que a gestão das receitas provenientes de projetos, de propinas e de prestação de serviços serão da responsabilidade das mesmas.

Relativamente à exposição dirigida ao Conselho, considerou que os projetos com adiantamento total, e que cujo volume financeiro é muito significativo e se revestem de grande relevância para a reputação da Universidade, deverão ter um tratamento diferenciado daqueles que funcionam na lógica de reembolso. Sobre estes últimos, recordou que estes constituem uma permanente pressão sobre as finanças da Universidade, sobretudo pelo facto do pagamento dos reembolsos ser muito demorados e as verbas correspondentes serem acumuladas ao longo do ano. No que respeita aos projetos europeus, ou com caraterísticas idênticas, informou que, dentro dos limites possíveis, será assumida na totalidade a consignação da verba deles resultante para a atividade de investigação. Disse entender o alcance da exposição, considerando que o diagnóstico que nela é feito é transversal às diversas UOEI e afeta todas as receitas que a Universidade consegue gerar. No que respeita à resposta a ser dada, referiu que, ao nível interno, esta deverá focar-se na agilização de procedimentos, na elaboração de orçamentos por UOEI, bem como na consignação estrita das verbas dos projetos com adiantamento total à atividade de investigação. Ao nível externo, fez referência à ação de natureza política para solucionar o problema grave de subfinanciamento a que a Universidade tem vindo a ser sujeita.

O Vice-Reitor para a Investigação e Inovação, Professor Eugénio Ferreira, salientou o compromisso da Reitoria em garantir que nos projetos que funcionam na base do adiantamento o orçamento será consignado para a sua execução, chamando, no entanto, a atenção para o facto de esta tipologia de projetos ter apenas um peso de cerca de 15% no total de projetos da Universidade, entendendo que no futuro deverão ser privilegiadas as candidaturas a agências financiadoras que efetuem o adiantamento da verba aprovada, com vista a diminuir a pressão sobre as finanças da Universidade. Informou que a Universidade é a entidade a nível nacional com maior sucesso na captação de financiamento por via de projetos, considerando que este sucesso tem vindo a colocar alguns dos constrangimentos em debate. Deu conhecimento de que no concurso anual de projetos da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), o qual é largamente participado pela Universidade, nos últimos anos têm vindo a ser apresentadas cerca de 600 candidaturas, das quais a taxa de sucesso é de apenas cerca de 10%, pelo que a candidatura a este tipo de projetos deverá ser desincentivada, na medida em que estes projetos não têm adiantamento e o pagamento dos reembolsos a eles associados são alvo de atrasos muito significativos. Relativamente às questões levantadas sobre o modelo de gestão, recordou que durante grande parte do ano de 2022 a Universidade esteve a funcionar com o orçamento de 2021, em regime duodecimal, não sendo assim possível atender a uma execução mais fluída e desejada. Ainda sobre o modelo de gestão, informou que a prática tem sido a de fasear a distribuição do orçamento ao longo do ano, privilegiando os trimestres iniciais, mas possibilitando sempre, a pedido do investigador responsável, a compra de equipamentos e outros bens no início dos projetos. No que respeita à prioridade de execução dada aos projetos

cujo término ocorrerá no prazo de 180 dias, fez saber que a esses projetos lhes é atribuído o orçamento total, mas que os restantes continuam a ser executados, muito embora a um ritmo que não é o desejável. No caso dos projetos nos quais não há lugar a adiantamento, considerou importante que as UOEI tenham em atenção o equilíbrio da despesa e da receita, apresentando com maior regularidade os pedidos de pagamento, dado que a resposta por parte das entidades financiadores é morosa, informando que a dívida à Universidade por parte destas entidades ultrapassou já os 15M€. Quanto ao processo de contratação dos investigadores, deu conhecimento de que, para além das iniciativas em curso referidas pelo Reitor, tinha já sido publicado um despacho com a alteração do procedimento tendo em vista diminuir o período do recrutamento, estabelecendo os tempos de intervenção de cada um dos intervenientes neste processo. Contudo, chamou a atenção para o facto de não ser possível conseguir recrutamentos abaixo de cinco meses, face ao aos prazos legais estabelecidos no Código do Procedimento Administrativo e, por vezes, aos atrasos na instrução destes processos ao nível das UOEI. Informou que a Universidade está com as mesmas dificuldades de execução das outras instituições de ensino superior, sendo que a média nacional de execução ronda os 20% e os centros de investigação com taxas superiores a 50% correspondem a instituições com maior agilidade de execução, como é o caso dos institutos não pertencentes a universidades, e que não estão sujeitas à rigidez dos procedimentos da Administração Pública. Sobre os projetos ao abrigo do PRR, disse não ser ainda conhecido o modo como eles irão funcionar, se com base no adiantamento de 50% da verba ou, em alternativa, mediante apresentação de fatura, mas que, sendo por via do adiantamento, o montante do mesmo será consignado para o desenvolvimento dos projetos de inovação empresarial, facilitando assim a sua execução.

Pediu a palavra a Conselheira Joana Arantes que disse reiterar as intervenções tidas pela(os) Conselheira(os) Ana João Rodrigues, Tiago Miranda e Nuno Cerca, por considerar que esta situação é muito crítica e que tem impacto ao nível da produtividade de todos os membros da Comunidade Académica, nas relações tidas com investigadores de outras instituições e redes de colaboração internacional, na motivação, no sentido de pertença, no bem estar e saúde mental, na capacidade de retenção de sucesso, na formação, no ensino e no bom nome da Universidade. Concordou que o problema é transversal a todas as UOEI e unidades de investigação, chamando a atenção para o facto de, para além das verbas provenientes de projetos, também o acesso às verbas próprias, incluindo as de pós-graduação, está vedado há meses. Recordou que esta situação tem vindo a prolongar-se no tempo, tendo o Conselho demonstrado por várias vezes preocupação com a mesma, e para a qual não se antecipam melhorias significativas a curto prazo, bem como um plano de ação detalhado, bem planeado e estruturado. Mostrou-se apreensiva com o facto de o Reitor prever apenas melhorias em 2023, questionando como poderá a Universidade sobreviver durante quase dois anos sem investigação, e quais as implicações e custos a médio e a longo prazo desta paragem obrigatória da atividade de investigação por tão longo tempo. Por último, referiu que não poderá ser ignorada a existência de ineficiências internas que têm de ser alteradas e que o plano de gestão em curso não é adequado, sendo o seu entendimento que os procedimentos a adotar terão que ser necessariamente outros, assim como o recurso a medidas mais drásticas e urgentes.

Usou da palavra a Conselheira Isabel Soares que, relativamente ao diagnóstico do problema, considerou ser consensual de que se trata de um problema transversal a toda a atividade da Universidade. Disse ter ficado preocupada com o facto de as perspetivas para o futuro não parecerem ser promissoras, na medida em que, muito embora a divergência sob o ponto de vista do financiamento possa de alguma forma diminuir, a Universidade ficará sempre subfinanciada. Sobre as estratégias internas apresentadas, considerou-as como sendo muito importantes, destacando a simplificação dos processos internos ao nível da gestão e o novo modelo de gestão e autonomia das UOEI. Face à gravidade da situação, considerou importante mobilizar a Comunidade Académica no sentido de encontrar soluções, designadamente, através da criação de um grupo de trabalho onde os vários membros da Universidade com conhecimento nesta matéria poderão dar o seu contributo, abrindo assim um espaço de comunicação, de partilha e de corresponsabilização no futuro, questionando a opinião do Reitor sobre a constituição deste grupo de trabalho.

Para além das consequências graves ao nível da atividade de investigação, a Conselheira Delfina Gomes considerou igualmente preocupante o impacto que os constrangimentos de execução orçamental têm, quer interna, quer externamente, na atividade de ensino nas UOEI, apresentando como exemplos a não existência de orçamentos para os departamentos; a demora na atribuição de computadores pessoais aos docentes, sendo que, muitas das vezes, os que lhes são atribuídos são já usados e encontram-se desatualizados; a não possibilidade de compensar o esforço dos docentes nem lhes proporcionar a realização de iniciativas com estudantes. Considerou importante que, face à desmotivação já instalada, as medidas anunciadas pelo Reitor sejam concretizadas com a maior brevidade possível, de modo recuperar atempadamente a motivação dos membros da Universidade. No que diz respeito ao subfinanciamento, a sua opinião é a de que a Universidade não pode ficar satisfeita apenas com a promessa de uma eventual verba adicional, mas sim reclamar junto do poder político o valor real a que tem direito, na medida em que é evidente que o OE para 2023 que está a ser discutido é insuficiente no que ao ensino superior diz respeito e não será, com toda a certeza, direcionado para a Universidade.

Foi de seguida conferida a palavra ao Conselheiro Luís Santos, que mostrou satisfação por haver unanimidade nos membros do Conselho quanto à gravidade da situação, matéria que é já do conhecimento de todos há muito tempo. Recordou que esta situação havia já sido discutida durante a campanha eleitoral para as eleições do Conselho Geral do atual mandato, havendo concordância nas diferentes listas quanto aos diagnósticos, e opiniões distintas nas ações necessárias para a sua resolução. Na sua opinião, os problemas ao nível do modelo atual de gestão assentam no facto de a gestão central da Universidade ser apenas reativa e não proativa, na medida em que a identificação deste problema prolonga-se há já demasiado tempo, tendo vindo a agravar-se progressivamente com ajustamentos avulso que manifestamente se mostraram insuficientes, chegando-se a uma situação em que têm de ser os docentes/investigadores a pagar as despesas inerentes a eventos decorrentes dos seus projetos e/ou projetos de ensino. Dada a necessidade de uma intervenção mais forte e urgente, disse concordar com a sugestão da criação de um grupo de trabalho multidisciplinar para analisar o problema e encontrar as soluções para o mesmo. Relativamente à proposta de as UOEI passarem

a gerir os seus orçamentos de forma mais autónoma, considerou existirem duas dúvidas que devem ser esclarecidas de forma clara e transparente, designadamente, quanto é que custará a 13.º unidade de Governo e Administração, e se serão aplicadas a essa unidade as normas de funcionamento que se aplicam às restantes, como por exemplo, a existência de planos de racionalização de custos e estratégias, na medida em que os custos dessa unidade serão imputados às UOEI e a dimensão dessa imputação ainda não é conhecida. Considerou também fundamental a garantia de que os 5% do fundo de solidariedade são suficientes, de modo a que a descentralização de poder nas UOEI não seja entendida apenas como uma carga extra das suas atividades de gestão.

A Conselheira Cláudia Pascoal começou por referir que se a exposição apresentada ao Conselho pelos membros do ICVS tivesse circulado pela Escola de Ciências, à qual pertence, haveria uma adesão total dos docentes e investigadores, na medida em que o esforço laboratorial é idêntico e há um desgaste e desmotivação que foi espelhada na reunião que a Reitoria teve na referida escola, e na qual foram reveladas todas estas preocupações. Na sua opinião, o que tem sido mais penalizado pelas dificuldades de financiamento da Universidade são as atividades de investigação e de pós-graduação, sobretudo nas subunidades com atividade laboratorial mais intensiva. Salientou o facto de o não acesso às verbas provenientes das propinas dos estudantes de pós-graduação impossibilitarem a compra de reagentes e bens essenciais para o desenvolvimento das teses, conduzindo a uma derrapagem significativa nos prazos de conclusão das mesmas. Subscreveu a constituição de um grupo de trabalho que mobilize a Comunidade Académica para debater a situação, e saudou todos os esforços que têm sido feitos por parte de elementos da Equipa Reitoral para simplificar e melhorar processos, bem como as iniciativas tidas perante a o Ministério da Tutela que culminaram com um reconhecimento das desigualdades, embora considere a correção perspetivada para 2023 demasiado tímida face às necessidades da Universidade. Para efeitos de resolução do problema, entendeu ser oportuno ouvir gestores de outras instituições para saber como é que eles lidam com este problema, assim como dinamizar workshops com gestores profissionais e explorar possíveis cofinanciamentos por parte de empresas ou municípios ao nível regional. Apesar de concordar com a corresponsabilização das UOEI no que à execução orçamental diz respeito, afirmou ver essa mudança com alguma apreensão, face à heterogeneidade existente entre as diferentes UOEI, considerando essencial a existência de um programa de transição que permita conferir instrumentos de apoio às UOEI mais frágeis e premiá-las caso consigam traçar um caminho de melhoria. Quanto à referência de que deverá ser dada preferência a candidaturas a projetos cujas agências de financiamento efetuem o adiantamento na íntegra, chamou a atenção para a necessidade de existir uma estratégia concertada nesse sentido e de ser prestado apoio a essas candidaturas, na medida em que os investigadores têm mais controlo sobre os processos nacionais, por ser o sistema que melhor conhecem. No que respeita à aposta nos projetos europeus, fez notar que a gestão de equipas internacionais é mais exigente e precisa de mais apoio, sendo necessário criar as condições para o desenvolvimento dos mesmos.

O Conselheiro João Rosas considerou que o problema principal é a ausência de uma situação financeira e económica estável por parte da Universidade, que afeta a investigação de uma forma clara, em particular onde há uma atividade laboratorial mais intensa, mas também de um modo transversal o funcionamento geral da Universidade. Face à inexistência de soluções imediatas, colocou a ênfase da sua intervenção nas ações que considera que a Universidade deverá evitar prosseguir, apresentando como exemplos a continuidade da lógica cumulativa de abertura de novos cursos, sem ter em conta os custos financeiros a três anos e sem descontinuar outras licenciaturas; o incentivo à captação de mais financiamento por entidades financiadoras que funcionam na base do reembolso, privilegiando os projetos com pagamento na íntegra aquando da aprovação; a criação de mais serviços centralizados e, eventualmente, ponderar a extinção de alguns serviços e gabinetes centralizados, cuja existência não acrescenta valor à atividade das UOEI. Considerou que a Universidade deverá caminhar no sentido do seu redimensionamento, na medida em que estão a ser realizadas atividades para as quais não existe dimensão nem recursos financeiros para lhes dar continuidade.

Foi conferida a palavra ao Conselheiro Victor Soares, que saudou a forma como a abordagem deste ponto e o seu debate estava a decorrer, e sugeriu que do grupo de trabalho a constituir com vista à análise desta questão e à apresentação de propostas concretas, fizessem também parte elementos do corpo dos TTAG. Chamou a atenção para o facto de, não só ao nível dos serviços centrais, mas também em algumas UOEI, os TTAG que trabalham na área da investigação acusarem um nível de cansaço preocupante, alguns deles tendo tido necessidade de recorrer a baixas médicas, em grande parte devido à morosidade e à repetição dos diversos procedimentos. Reconheceu o esforço que tem sido feito por parte da Reitoria, com vista à simplificação dos processos e a uma melhor planificação, e reiterou a necessidade de uma atitude mais forte junto do poder político, questionando a continuidade do regime fundacional, por considerar que as vantagens a ele associadas na prática não têm efeito.

A Conselheira Patrícia Maciel disse subscrever na totalidade o conteúdo da exposição em análise e referiu que, apesar de o problema ter sido debatido em várias sessões plenárias do Conselho, o órgão não tinha ainda sido capaz de dar uma resposta concreta, no que à estratégia a adotar para a sua resolução diz respeito. No seu entender, o que é devido ao Conselho é a apresentação de uma proposta de estratégia e de modelo de gestão diferentes das atuais, que permitam de imediato melhorar a situação em relação à investigação, face à relevância da mesma para o cumprimento da missão da Universidade na criação e transmissão do conhecimento, assim como honrar os compromissos externos com entidades parceiras, entidade financiadoras e fornecedores, dado que o bom nome e a reputação da instituição sofreram já danos significativos. Chamou a atenção para o facto de esta situação não ter apenas impactos ao nível dos projetos europeus, por comprometerem a capacidade futura de captação de financiamento, mas ter também perante outras entidades, como por exemplo associações de doentes, que juntam através dos seus esforços pessoais dinheiro que atribuem a projetos da Universidade, por os considerarem relevantes para as suas famílias, tornando-se difícil explicar o porquê do atraso de vários meses no início dos trabalhos e prestar contas do que foi feito com o dinheiro que eles juntaram, face a incapacidade de o conseguir executar. Fez também referência a outros

tipos de interfaces, como por exemplo, empresas e entidades internacionais, sobre as quais a reputação individual e institucional fica também comprometida, podendo conduzir à não atribuição de novo financiamento à Universidade.

Disse não concordar com a afirmação de que a atividade de investigação é uma fonte de despesa, e que tem um peso significativo na perspetiva da despesa, por entender que se forem analisadas as contas da Universidade, poder-se-á verificar que a investigação é também uma fonte de receita muito importante que não está a ser valorizada. Disse discordar também da visão de que a Universidade é vítima do próprio sucesso, por entender que quer a nível nacional, quer a nível internacional, a Universidade não tem uma taxa de sucesso acima do normal no que há captação de financiamento diz respeito. No seu entender, a causa desta situação reside na falta de estratégia e no insucesso da gestão do financiamento captado, sendo necessário analisar a forma de preservar esta fonte de rendimento e refletir sobre o modelo de gestão mais adequado. Disse aceitar que deverão ser privilegiadas as candidaturas a projetos europeus em detrimento dos da FCT, desde seja dado o apoio necessário e que seja sustentado por evidência que o grau de sucesso será igual, o que julgou não corresponder à verdade, dado que há investigadores que não são competitivos a nível europeu, mas o são a nível nacional. Ainda sobre a investigação a nível europeu, salientou o facto ela assentar, na sua maioria, em tópicos muito próximos do produto, vertente na qual a investigação levada a cabo em Portugal não está bem posicionada. Ao nível da pós-graduação, chamou a atenção para os atrasos sucessivos no desenvolvimento dos projetos, decorrente da não possibilidade de aquisição de bens, assim como o atraso na conclusão das teses de mestrado e doutoramento, com as implicações financeiras para os estudantes associadas. Mostrou agrado com algumas das medidas enunciadas, nomeadamente, a consignação da verba de projetos com pagamento integral do adiantamento, bem como o esforço feito para a melhoria dos processos administrativos, considerando, no entanto, que neste momento o mais importante seria conceder o acesso às verbas captadas para permitir a execução dos projetos.

O Conselheiro Tiago Miranda assinalou com agrado o anúncio feito pelo Vice-Reitor sobre a consignação das verbas adiantadas para execução dos projetos, considerando-a um incentivo a um maior esforço por parte dos investigadores a fazerem candidaturas a este tipo de projetos, referindo que a taxa máxima de 17% de candidaturas é muito pequena e deverá ser conseguido um valor mais elevado. No que respeita à estratégia de diminuição das candidaturas a projetos da FCT, direcionando-as apenas para projetos europeus, entendeu que essa alteração deverá ser realizada de forma faseada, existindo um equilíbrio entre as duas tipologias de candidatura, e questionou de que modo irá a Reitoria estimular este caminho junto das UOEI, considerando que um reforço do da Unidade de Serviços de Apoio a Projetos, de modo a garantir um maior acompanhamento dos investigadores e docentes neste novo caminho, seria um investimento estratégico. Considerou não fazer sentido que a Universidade apresente 600 candidaturas a projetos FCT, das quais apenas resulta a aprovação de 60 projetos, recordando a existência de outras fontes de financiamento nacionais, como por exemplo os projetos da ANI - Agência Nacional de Inovação, que também proporcionam adiantamentos de verba. Fez de seguida referência à figura de prestação de serviços ao exterior, a qual considerou ter constituído ao longo dos

anos uma fonte importante de financiamento para a Universidade, mas que na atualidade tem vindo a ser desincentivada, dada a impossibilidade de os docentes e/ou investigadores poderem aceder à verba resultante dessa prestação de serviços. Na sua opinião, esta deveria ser uma matéria a analisar, de modo a permitir que os prestadores destes serviços possam utilizar a verba resultante, ainda que de uma forma faseada, revitalizando assim esta fonte de receita que atualmente não é utilizada.

Sobre a prestação de serviços ao exterior, o Conselheiro Nuno Cerca disse continuar a recorrer a esta via e, no que respeita à desmotivação dos investigadores, afirmou que ela existe na realidade e terá um impacto na produtividade dos mesmos num futuro próximo. Relembrou a sua discordância sobre a prioridade dada aos projetos com término a seis meses e, relativamente à consignação da verba aos projetos com adiantamento, questionou qual o impacto que a mesma terá nos restantes projetos. Corrigiu a afirmação de que os projetos da FCT não têm adiantamento, informando que esse adiantamento, mediante a tipologia dos projetos, poderá ser de 30% ou 75% e, no que respeita ao subfinanciamento da Universidade, considerou que as ações a realizar deverão ser no sentido de exigir os 17M€ que lhe são devidos, e não ficar apenas pela compensação de 1M€ prevista.

Usou da palavra o Conselheiro Tiago Silva que entendeu existir para além do subfinanciamento um problema de tesouraria, considerando que a situação só seria resolvida com a reposição do financiamento devida do OE correspondente a todo o histórico da Universidade, o mesmo não acontecendo com a reposição relativa a apenas um ano. Salientou o facto de a investigação constituir não só um vetor de criação de novo conhecimento, mas também um bom investimento sob o ponto de vista financeiro, dado que a verba dela resultante é fundamental para o funcionamento da Universidade, face ao contributo da mesma para garantir o pagamento dos vencimentos dos seus trabalhadores. Considerou que a investigação financiada por projetos só dará prejuízo se ocorrerem duas situações - se um número significativo de despesas que são consideradas não elegíveis pela entidade financiadora, e por isso não são reembolsadas, ou se a taxa de overheads não cobre os gastos gerais da estrutura, o que constituirá um problema mais sério. Disse ter conhecimento que o histórico da Universidade não demonstra a ocorrência de nenhuma destas situações, face ao cuidado tido com a elegibilidade das despesas, verificando-se assim que investigação dá lucro, residindo o problema no facto de não haver dinheiro em caixa para executar devidamente os projetos. No que respeita à possibilidade de a forma de financiamento vir a ser alterada, passando a haver orçamentos por UOEI, chamou a atenção para a importância de existir uma efetiva descentralização de responsabilidades ao nível intermédio, permitindo uma capacidade real de decisão relativamente à execução de despesa, quer na assunção do compromisso da despesa, bem como no pagamento da mesma. Terminou a sua intervenção, questionando se a verba considerada para a aquisição de bens e serviços no orçamento global da Universidade é suficiente para fazer face à despesa prevista nos vários projetos de I&D já contratualizados para o respetivo ano, por considerar que ela não é suficiente e implicará uma execução dos projetos inferior ao previsto, podendo, no limite, culminar com a não possibilidade de pagamento de salários e/ou à necessidade de diminuir a estrutura da Universidade.

A Conselheira Manuela Soares considerou existirem dois problemas distintos, um pelo lado da receita e outro pelo lado da eficiência da organização, recordando que este último já vem sendo debatido há muito tempo no Conselho, saudando o facto de existirem já em curso algumas medidas no sentido de colmatar algumas das ineficiências detetadas, sendo que, face à urgência, o desejável seria a sua conclusão no menor tempo possível. Relativamente à desmotivação e desgaste verificado nos docentes, investigadores e TTAG, sugeriu que a Reitoria tivesse um plano de comunicação mais consistente, dando conhecimento à Comunidade Académica das iniciativas que vão sendo feitas com vista à resolução da situação. Na sua opinião, o foco atual de discussão incide em outras matérias que não a melhoria dos processos internos, nomeadamente a tipologia de projetos a privilegiar, considerando necessário repensar quais os projetos que deverão ser alvo de um maior número de candidaturas, quais são os pontos fortes e os pontos fracos para decisão de onde deve ser colocado o esforço, sugerindo a criação de um grupo de trabalho para estudar estas matérias. Sugeriu, ainda, que fossem identificadas outras áreas concretas para as quais deveria existir foco num horizonte temporal curto para a procura de soluções de modo a ser mais assertivo. No que respeita à receita da Universidade, considerou que ela está fortemente associada à questão do subfinanciamento, entendendo que deverão ser dinamizadas ações concretas, como por exemplo, recuperar a atuação do Conselho junto dos media.

Usou da palavra o Conselheiro António Rodrigues que considerou que a situação em debate provém do modelo de funcionamento da Universidade muito próximo daquilo que é o funcionamento governamental, no qual não há propriamente lucro nem necessidade de endividamento, dado o seu financiamento por OE. Na sua opinião, a Universidade já não está a funcionar segundo este modelo, pelo que, ou tem lucro que lhe permita cash-flow para cobrir os picos de tesouraria, ou então tem que ter dívida permanente para o conseguir, sendo necessária uma alteração estrutural da instituição. O seu entendimento é o de que a atribuição de orçamentos por UOEI é já uma alteração significativa, que deverá ser complementada com a incorporação na gestão orçamental da própria Universidade do orçamento de cada um dos projetos, com recurso a sistemas de informação que permitam gerir os vários fluxos de tesouraria. Ainda no âmbito do processo de restruturação, afirmou que a Universidade deverá caminhar para um modelo de gestão distribuído, que consiste num modelo com regras centralizadas, mas que tem depois uma distribuição do trabalho e das tarefas, sendo necessário dotar as UOEI com elementos que possuam competências na área financeira, já existentes ou adicionados à estrutura, que garantam uma eficiente gestão orçamental. Chamou a atenção para a necessidade de serem muito bem utilizadas as verbas decorrentes dos projetos ao abrigo do PRR em termos de liquidez de tesouraria, dado que uma oportunidade como esta poderá só ocorrer daqui a uma década, e disse ser fundamental pressionar o Governo no que ao subfinanciamento diz respeito.

Pediu a palavra o Conselheiro Rui Oliveira, que secundou as intervenções da(o) Conselheira(o) Manuela Soares e António Rodrigues, e questionou quem é que decide a que projetos é a Universidade se candidata, se cabe às UOEU, através dos seus docentes e investigadores, ou à Reitoria, tendo a Conselheira Cláudia Pascoal informado que nessa decisão as equipas de investigação gozam de autonomia, ainda que possa haver uma indicação por parte dos centros de investigação. Referiu que, neste ano em concreto, a baixa taxa de aprovação

dos projetos da FCT se ficou a dever à diminuta verba disponível, sendo que em anos anteriores a taxa de aprovação foi mais elevada, salientando o facto de, dada a escassez de verba, os investigadores submeterem o maior número possível de candidaturas, pese embora o esforço extra que a preparação das mesmas lhes exige.

Retomou a palavra o Conselheiro Rui Oliveira, mostrando alguma preocupação com a disponibilidade dos docentes e dos investigadores para efetuarem uma gestão macro e estratégia de definição das áreas de investigação e tipologias de financiamento de projetos a que deverá ser dada prioridade, considerando também sensível retirar essa liberdade de escolha às equipas de investigação. Relativamente à eventual contração de um empréstimo, questionou o Reitor se há já desenvolvimentos concretos sobre a matéria e, no que respeita à sugestão de constituição dos dois grupos de trabalho, um para repensar o modelo de gestão e a questão do financiamento, e um outro para a definição daquilo que deverá ser feito junto do poder político e da sociedade em geral para o problema do subfinanciamento da Universidade, disse concordar inteiramente com a mesma.

O Conselheiro João Dias considerou que a situação alvo de debate levanta questões muito complexas, e que as várias intervenções realizadas lhe haviam permitido identificar dois pontos essenciais: um primeiro, mais imediato e exequível, que diz respeito à constituição de dois grupos de trabalho com a missão de repensar a estratégia de gestão financeira e tentar perceber o que no imediato, e com os recursos disponíveis, se poderá fazer para conseguir uma gestão equilibrada, mitigando os efeitos nefastos na atividade de investigação, questionando se da parte da Reitoria existe a disponibilidade de proceder à sua constituição. O segundo, relativo à necessidade de a Universidade ter uma posição mais forte e mais assertiva de reivindicação junto das entidades políticas competentes, com vista a reforçar o seu financiamento enquanto universidade pública, ainda que sob o regime privado. Chamou a atenção para o facto de, apesar das soluções que vierem a ser apresentadas serem sólidas e tenham a capacidade de no momento resolver parte problema, será sempre necessário reforçar o financiamento da Universidade e isso só será conseguido se houver uma posição mais forte para parte da Reitoria junto do poder executivo, questionando o Reitor se estão a ser feitos esforços no sentido de intensificar essa reivindicação.

Conhecidas as disponibilidades dos membros do Conselho para integrarem o grupo de trabalho que, em articulação com a Reitoria, definirá a estratégia e as ações a desenvolver perante o poder político e a comunidade em geral, com vista à adoção de medidas urgentes que permitam ultrapassar a grave situação financeira da UMinho, foi constituído o grupo que integrará os/as Conselheiros/Conselheiras Ana João Gomes Rodrigues, Manuela da Assunção Borges Vaz Soares, Maria Cláudia Gonçalves Cunha Pascoal, Maria Joana Raposo Marques Vidal, Nuno Miguel Dias Cerca e Tiago José Quinteiros Lopes Henriques da Silva. Como ação complementar do grupo de trabalho do Conselho, foi endereçado ao Reitor o pedido de constituição de mais dois grupos, sob a coordenação da Reitoria, um com vista a analisar e a repensar o processo de gestão de projetos da UMinho e um outro para a identificação de áreas concretas sobre as quais deverá existir um foco particular para encontrar soluções.

No âmbito das diligências realizadas junto dos partidos com assento na Assembleia da República, do Primeiro Ministro e da Ministra da Tutela, considerou importante o reconhecimento de que a UMinho, o ISCTE e a UBI se encontram numa situação de diferenciação em relação às restantes instituições, relembrando que no início a perspetiva ia no sentido de não ser possível introduzir em 2023 qualquer alteração relativamente ao critério que permitisse o início da convergência do financiamento destas três instituições, o que viria a ser conseguido. Disse restar saber qual o ponto de situação sob o ponto de vista político-legislativo, designadamente, se existe já algum projeto concreto, se foi constituído algum grupo de trabalho do Ministério da Tutela com esta incumbência e qual a previsão de tempo para apresentação desses critérios. Concluiu a sua intervenção, transmitindo ao Conselho que, dos contactos tidos com os grupos parlamentares, a sua perceção é a de que todos eles compreendem a situação, mas sem assunção da urgência da resolução da mesma e, no caso da Ministra da Tutela, muito embora tenha havido o reconhecimento do problema, ele é encarado com cautela, sobretudo no que diz respeito à perspetiva temporal da alteração legislativa.

Foi conferida a palavra ao Reitor que afirmou estar alinhado com qualquer estratégia e envolvimento da Comunidade Académica na procura da solução para o problema, fazendo-o através do envolvimento de pessoas dos vários setores da Universidade e no respeito pelas competências próprias de cada órgão e de cada nível de responsabilidade dentro da instituição. Mostrou total disponibilidade para fornecer todos os elementos necessários à condução dos trabalhos do grupo de trabalho do Conselho agora constituído, bem como para desencadear a constituição dos dois outros grupos internos que possam construir uma nova visão para a Universidade e, no imediato, dar resposta às questões complexas com que a Universidade se confronta. Quanto à intenção política, disse ser o seu entendimento de que o orçamento para 2024 será já fixado de acordo com uma nova fórmula e um novo modelo de financiamento, sendo a sua convicção de que a Ministra da Tutela está empenhada em resolver este problema, o qual é também entendido na esfera política como importante. Informou que o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas havia constituído um grupo de trabalho para elaboração de uma proposta de modelo de financiamento, coordenado pelo seu presidente, e que nos próximos meses serão conhecidos os resultados dos trabalhos realizados. Fez referência ao anúncio para breve da publicação do relatório que foi solicitado à OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico sobre o financiamento do ensino superior em Portugal, bem como ao estudo sobre o financiamento das instituições de ensino superior em Portugal, levado a cabo por vários economistas, sob coordenação do Professor Luís Aguiar Conraria, cujas conclusões serão publicadas brevemente.

5. Permuta de imóveis – proposta a apresentar ao Conselho de Curadores da Fundação UMinho

O Reitor apresentou as razões que conduziram a Universidade a apresentar a proposta de permuta de bens imóveis entre a UMinho e a entidade Promogui – Imobiliária, Lda., informando da contiguidade dos terrenos em causa e da sua proximidade ao edifício onde a Universidade tem instalado o PIEP – Pólo de Inovação em Engenharia de Polímeros, sito no Campus de Azurém – Guimarães. Transmitiu que durante muito tempo a Universidade tinha laborado na convicção de que estes terrenos lhe pertenciam, tendo ao longo dos anos

procedido à sua limpeza e conservação, e que, em 2017, a Universidade havia sido confrontada com uma comunicação da Promogui – Imobiliária, Lda., reclamando o direito ao acesso a um terreno tido pela Universidade como sendo seu, o que se viria a confirmar. Conhecida a existência de um projeto de construção nesse terreno por parte da Promogui – Imobiliária, Lda., enquadrado nas disposições municipais para esse efeito, a Universidade viu-se confrontada com o facto de vir a ter encravado no Campus de Azurém um conjunto de construções de três andares, orientado para uma clientela que seria constituída por estudantes, docentes, investigadores e visitantes da Universidade. Face a esta situação, a Universidade avançou com a proposta de permuta de terrenos, procedendo ao pedido de avaliação um perito independente, mas com conhecimento nesta área. Também a Promogui – Imobiliária, Lda. procedeu a uma avaliação, apresentando valores mais elevados e valorizando significativamente a parcela de que é proprietária. Deu conhecimento de que o Conselho de Gestão da UMinho, na posse deste conjunto de dados, e considerando também o risco de contencioso judicial e dele poderem não resultar vantagens para a Universidade, considerou que devia marcar uma posição colocando a diferença do valor entre os dois terrenos em 62.500€, valorizando mais o terreno pertencente à Universidade, e comprometendo-se a assegurar o acesso ao terreno que no âmbito da permuta passará a ser propriedade da Promogui – Imobiliária, Lda. Da parte da Promogui – Imobiliária, Lda., foi assumido o compromisso de vedar o terreno contíguo ao Campus, com materiais e condições definidos pela Unidade de Serviços da Gestão dos Campi e Infraestruturas. Afirmou terem sido estes os termos da deliberação do Conselho de Gestão, a qual se encontra condicionada ao preenchimento de um conjunto de condições, algumas delas de natureza estatutária, designadamente, a necessidade de o terreno em frente ao PIEP ser objeto de destaque, dado estar está integrado numa propriedade mais vasta; a autorização do Conselho de Curadores da Fundação Universidade do Minho, sob proposta do Conselho Geral, e o visto prévio do Tribunal de Contas, verificado o facto de o valor do imóvel que vai ser permutado ultrapassar os 750.000€. Referiu que a deliberação do Conselho de Gestão da UMinho foi levada ao conhecimento do advogado que representa a Promogui – Imobiliária, Lda., para avaliação das condições, tendo havia apenas uma única reserva, entretanto ultrapassada, relativa ao acesso do caminho ao prédio que ainda é propriedade da Universidade. Disse existirem ainda dúvidas sobre a natureza pública da estrada que passa em frente ao PIEP, razão pela qual a Universidade decidiu instalar ali uma cancela, identificando todo o interior como sendo sua propriedade. Por último, fez referência aos documentos que constituem o dossier remetido ao Conselho, nomeadamente, os elementos relativos à avaliação, o parecer obrigatório do Fiscal Único e os elementos de identificação dos edifícios em causa.

A Presidente considerou que a documentação disponibilizada é suficientemente esclarecedora e que a permuta proposta é favorável à Universidade. Relativamente às três condições impostas pelo Conselho de Gestão da UMinho, questionou qual a abertura do Município de Guimarães para a proposta de destacamento do terreno, tendo o Reitor informado que a questão não havia sido ainda levada ao conhecimento do Município de Guimarães, mas que, do seu ponto de vista, não há razões para a existência de uma objeção de fundo.

Retomou a palavra a Presidente, chamando a atenção para a natureza do caminho público, dado que o acesso aos terrenos é uma questão a que os permutantes conferem grande importância, questionando se esse acesso está já assegurado, na medida em que, não sendo público, dependerá da própria Universidade. O Reitor afirmou não ter sido possível esclarecer até ao momento a natureza do caminho, mas que, neste momento, nos termos das deliberações do Conselho de Gestão da UMinho, ficará garantido o acesso ao prédio que virá a ser da propriedade da Promogui – Imobiliária, Lda., não havendo qualquer razão para posteriormente isso vir a constituir qualquer impedimento à concretização do procedimento jurídico da permuta.

Foi colocada à votação a proposta de permuta a remeter ao Conselho de Curadores, a qual abrange a permuta do prédio urbano (terreno), com 5700 m^2, sito no Lugar de Verdelho, freguesia de Azurém - Guimarães, integrado no Campus de Azurém e de que é proprietária a UMinho, pelo prédio urbano (terreno) contíguo, com 7.400 m^2, sito no Lugar de Verdelho, freguesia de Azurém - Guimarães, de que é proprietária a Promogui – Imobiliária, Lda., tendo sido deliberado, por unanimidade, propor ao Conselho de Curadores da Fundação Universidade do Minho a concretização da mesma. Deliberação do CGeral n.º 21/2022, a remeter ao Conselho de Curadores.

6. Participação da Universidade na Associação RAIL CoLAB – Collaborative Laboratory for the Future Railway System

A Presidente recordou que, em apresentações anteriores ao Conselho de propostas de adesão da Universidade a Associações, Laboratórios Colaborativos e Consórcios, haviam sido manifestadas algumas preocupações, nomeadamente, o facto de não existir rotatividade nos cargos de gestão, ao não ser estabelecido um limite de mandatos para os mesmos, bem como a possibilidade de os cargos de direção serem remunerados. Por entender tratar-se de questões relevantes e que devem ser alvo de uma reflexão, sugeriu que a Comissão de Governação, Assuntos Institucionais e Assuntos Financeiros (CE-GAIAF) elaborasse um memorando dos pontos a serem tidos em consideração no procedimento prévio à apresentação da proposta de adesão ao Conselho, tendo a sugestão sido acolhida por unanimidade.
Considerou igualmente importante a realização de um levantamento de todas as associações e entidades participadas, ativas e inativas, com vista a delinear uma estratégia para futuras adesões da Universidade, tendo o Vice-Reitor informado que a Inspeção Geral de Finanças obriga a que até ao final do ano esse levantamento seja efetuado, estando o mesmo já em curso.

O Reitor transmitiu ao Conselho que esta participação decorre de redes de colaboração constituídas por grupos de pessoas pertencentes a várias UOEI que nela encontraram uma oportunidade de expressão da natureza do seu trabalho académico. Considerou que a Universidade tem retirado vantagens importantes do seu envolvimento nos laboratórios colaborativos, sendo, no entanto, entendimento da Equipa Reitoral que estas participações deverão passar a ser definidas em bases mais sólidas e mais refletidas, avaliando desde logo os impactos financeiros para a própria Universidade. Informou, ainda, que estas participações são precedidas do

parecer das UOEI de origem das pessoas que estão envolvidas no projeto, havendo também uma deliberação do Conselho de Gestão da UMinho sobre a proposta que é apresentada.

Foi de seguida conferida a palavra ao Vice-Reitor que, previamente à particularização do laboratório colaborativo em questão, informou que a rede de participação da Universidade nestas entidades se traduz atualmente em onze laboratórios colaborativos e em outro dois que se encontram em constituição, e recordou a obrigatoriedade, por imposição da Inspeção Geral de Finanças, de a Universidade proceder, até ao final do corrente ano, a uma análise estratégica das entidades participadas, a qual está já a ser preparada e será oportunamente apresentada ao Conselho. No que respeita à participação da Universidade na Associação RAIL CoLAB – Collaborative Laboratory for the Future Railway System (RAIL CoLAB), disse tratar-se de um laboratório colaborativo que resulta da última avaliação de candidaturas promovidas pela FCT, na qual a Universidade integrou três candidaturas, tendo obtido aprovação em duas delas. Fez saber que esta candidatura tem o seu foco na modernização do sistema ferroviário, e integra 17 entidades com domínios de intervenção no âmbito da ferrovia, correspondendo, no caso da Universidade, a 7 unidades de investigação da Escola de Engenharia nas áreas da Engenharia Civil, da Engenharia de Sistemas, da Engenharia Têxtil, da Engenharia Mecânica, da Engenharia de Materiais, da Engenharia de Polímeros e da Microeletrónica, e na qual a Universidade terá um peso de participação de 5,25%.

Finda a apresentação, o Conselheiro Luís Santos secundou as dúvidas apresentadas inicialmente pela Presidente e concordou com a sugestão de a CE-GAIAF elaborar um memorando dos pontos a serem tidos em consideração no procedimento prévio à apresentação destas propostas ao Conselho. Relativamente à referência na proposta ao património e receitas, onde é dito que constituem receitas aquelas que dizem respeito à exploração de imóveis que constituem o seu património ou relativamente às quais tenha sido constituído usufruto, questionou se há algum património da Universidade que vai ser afeto a esta participação, tendo o Vice-Reitor informado que não.

O Conselheiro Tiago Silva mostrou preocupação com o facto de o número de entidades participadas pela Universidade ter vindo a crescer significativamente, considerando que a sua reorganização deverá ser alvo de reflexão. Afirmou que, seja pelo reconhecimento da importância destas entidades, seja pela imposição da criação de associações com esta personalidade jurídica em sede de candidaturas a financiamento, é favorável à criação das mesmas e à adesão da Universidade. Relativamente às questões que têm vindo a ser discutidas sobre o limite de mandatos dos órgãos destas associações, considerou que, por um lado, não ter limite poderá ser problemático, ao possibilitar que possa existir apropriação das associações, e por outro, estabelecer um limite poderá ser problemático se não houver pessoas disponíveis para assumir estas funções.

Ao abrigo do disposto na alínea h) do n.º 2 do artigo 29.º dos Estatutos da Universidade do Minho, foi colocada à votação a proposta de participação da Universidade na Associação RAIL CoLAB – Collaborative Laboratory for the Future Railway System, a qual foi aprovada por unanimidade - Deliberação do CGeral n.º 23/2022.

Constavam ainda da agenda da reunião *o ponto 7. Informações sobre os projetos de orçamento da UMinho e dos SASUM*, *o ponto 8. Caraterização do património edificado da Universidade* e o *ponto 9. Reflexão sobre a organização do sistema de investigação e inovação da Universidade,* os quais, face à hora estabelecida para o término da reunião, não foram alvo de apreciação, tendo esta sido adiada a para a próxima sessão plenária ordinária do Conselho.

Concluídos os trabalhos, a Presidente agradeceu a todos as intervenções tidas ao longo da reunião e declarou finda a reunião às 14h20m, tendo sido lavrada a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pela Presidente e pelo Secretário do Conselho.

A Presidente,

Assinado por: **MARIA JOANA RAPOSO MARQUES VIDAL**
Num. de Identificação: 04069706
Data: 2022.11.15 15:02:31+00'00'

O Secretário,

Assinado por: **NUNO MIGUEL DIAS CERCA**
Num. de Identificação: 11278372
Data: 2022.11.15 18:05:05+00'00'

Anexo I

Universidade do Minho
Conselho Geral

MEMBROS DO CONSELHO GERAL DA UNIVERSIDADE DO MINHO

REUNIÃO PLENÁRIA N.º 8/2022
7 de outubro de 2022

Membro	Rubrica
Ana João Gomes Rodrigues	
Ana Margarida Silva Gonçalves	
Ángel Maria Carracedo Álvarez	Participação por videoconferência
António Carlos Fernandes Rodrigues	
Delfina Rosa Rocha Gomes	
Isabel Maria Costa Soares	
Joana Rodrigues Arantes Silva	
João Afonso Maia da Silva	
João Manuel Cardoso Rosas	
Joaquim Agostinho Castro de Freitas	
Luís António Martins Santos	
Manuela da Assunção Borges Vaz Soares	
Maria Cláudia Gonçalves Cunha Pascoal	
Maria Joana Raposo Marques Vidal	
Marta Alexandra Teixeira Mestre	
Nuno Miguel Dias Cerca	Participação por videoconferência
Patrícia Espinheira Sá Maciel	
Paulo Alexandre Costa Araújo Sampaio	
Ricardo Duarte Faria Lopes	
Rui Jorge Machado Oliveira	
Tiago Filipe Silva Miranda	
Tiago José Quinteiros Lopes Henriques Silva	
Victor Manuel Sousa Rego Duarte Soares	

Anexo II

Nota de Pesar

O Movimento Universidade Cidadã expressa o seu profundo pesar pelo falecimento da Prof. Catedrática Lúcia Lima Rodrigues, a quem deve, inquestionavelmente, uma participação ativa e lúcida durante os dois mandatos que cumpriu como membro eleito do Conselho Geral da Universidade do Minho, entre 2009 e 2017. Em diversas áreas de atuação, e principalmente como coordenadora de uma comissão especializada daquele Conselho Geral, a sua intervenção foi decisiva, com particular relevo em matérias financeiras, de publicitação democrática dos atos de gestão e de pública prestação de contas, aliando o seu saber científico e o rigor a uma visão humanista da Universidade, as suas intervenções rigorosas e fundamentadas a uma personalidade viva, dialogante e de grande cordialidade.

A causa pública, dentro e fora da Universidade do Minho, perde uma aliada de peso, uma cidadã comprometida com o aprofundamento dos processos democráticos de participação e decisão, mas continuará a beneficiar dos seus exemplos, testemunho e obra escrita.

Anexo III

Exma. Sra. Presidente do Conselho Geral, Doutora Joana Marques Vidal,

Exmos. Membros do Conselho Geral,

Somos um grupo alargado de investigadores do ICVS, unidade de investigação da Escola de Medicina da UMinho, em diferentes estádios de carreira (desde bolseiros e investigadores com vínculo transitório a investigadores/docentes de carreira). Com este documento, pretendemos trazer novamente ao vosso conhecimento a situação crítica e insustentável que a nossa unidade de investigação (certamente como outras na UMinho) tem vivido nos últimos tempos, em grande medida devido a decisões da atual reitoria.

Importa salientar que a missão da UMinho é *"gerar, difundir e aplicar conhecimento"*, sendo que *"O cumprimento da missão referida no número anterior é realizado (...) com base na centralidade da investigação e da sua estreita articulação com o ensino (...)"*. *"Gerar, difundir e aplicar conhecimento"* faz-se com a promoção da investigação científica competitiva e de qualidade, assente num corpo de profissionais de excelência. Mas a Investigação tem sido profundamente prejudicada com medidas concretas que colocam em risco a competitividade, o recrutamento e a fixação de talento, e até o próprio bom nome e reputação dos investigadores/docentes da UMinho.

A questão central com que nos deparamos no nosso dia-a-dia, tem tanto de simples, quanto de trágico:

- **Porque é que os investigadores/docentes não conseguem cumprir com a sua função na UMinho?**

Podemos desdobrar esta questão em muitas outras, igualmente importantes, tais como:

- Porque é que os investigadores/docentes **que angariam verbas competitivas** não conseguem encomendar os materiais, reagentes, e equipamentos necessários à prossecução dos seus projetos de investigação e desenvolvimento (I&D)?

- Como é que não se cumpre com um plano de trabalho previamente assumido com uma agência financiadora por falta de condições de execução financeira na UMinho? E, neste contexto, como se poderão honrar os compromissos assumidos?

- Porque é que o recrutamento de um investigador demora muito mais do que o tempo legalmente exigido?

Infelizmente, as repercussões destas medidas vão além do momento presente, tendo impacto a longo prazo. O nome da UMinho já foi afetado, como se pode comprovar pelo facto de diversas empresas recusarem encomendas, devido ao histórico de incumprimento de prazos e pagamentos. Consequentemente, a reputação dos investigadores responsáveis de projetos fica também afetada, pois apesar de fazerem tudo ao seu alcance, a UMinho não lhes tem proporcionado as condições mínimas para a execução técnico-científica e financeira dos projetos nos prazos estipulados.

É importante salientar, especialmente para os membros externos do Conselho Geral, que os projetos de I&D passam por meticulosas fases de avaliação e escrutínio, **com planos de orçamento detalhados e aprovados por entidades financiadoras para uso exclusivo destes fundos para os propósitos específicos dos projetos. A UMinho**

também requer uma aprovação prévia do orçamento do projeto, logo é conhecedora das suas especificações. Surpreendentemente, já foi assumido que a UMinho dá prioridade de execução financeira a projetos a terminar, ficando os outros múltiplos projetos estagnados. Esta decisão administrativa é ainda mais questionável quando se trata de agências financiadoras que transferem as verbas no início do projeto.

Esta situação conjetural da UMinho também levanta dúvidas sobre o uso de verbas de I&D para outros fins que não os previstos nos projetos aprovados, e sem o conhecimento dos Investigadores Responsáveis ou das agências financiadoras. Do ponto de vista legal (e ético), as verbas dos projetos são consignadas à Investigação para uso exclusivo do projeto aprovado, não podendo ser usadas para outros fins. Note-se por fim que a investigação da UMinho não é apenas financiada por agências públicas, mas também por associações privadas, como por exemplo Associações de doentes, que depositam confiança total na nossa Instituição e Investigadores, e que não pode ser defraudada.

O ICVS/Escola de Medicina não é caso único, **é uma situação transversal a toda a UMinho**. A investigação que efetuamos no ICVS tem características próprias da investigação biomédica, é dispendiosa e com carácter de imprevisibilidade. Por exemplo, não se consegue prever todos os consumíveis num trimestre, pois são dependentes de resultados obtidos ao longo das experiências. Não se conseguem efetuar experiências se tivermos o reagente "1", mas o reagente "2" ainda não foi encomendado por atrasos da UMinho. Tem que haver **fluidez no processo, com a aquisição de bens num prazo curto, e recrutamento tão rápido quanto legalmente permitido. Sem estas condições, não é possível desenvolver trabalhos de I&D!**

Não havendo investigação, não há formação nem ensino de qualidade. Os investigadores/docentes vêm-se na obrigação moral e material de recusar estágios de licenciatura/bacharelato, estudantes de mestrado e doutoramento, bem como estágios internacionais por não conseguirem garantir as condições para a prossecução dos trabalhos. Da mesma forma, as atividades de formação avançada e pós-graduação estão comprometidas, o que nos marginaliza enquanto instituição a nível nacional e internacional.

A situação da Investigação na UMinho é catastrófica e com impacto em todos os eixos de atuação da nossa Universidade. Esta é uma situação que se prolonga há já demasiado tempo e que tem continuado a evoluir desfavoravelmente ao longo dos últimos meses. Ainda mais preocupante, é que não se vislumbram sinais ou estratégias para a resolução deste problema. **Sentimos que não está em causa apenas a Excelência da atividade científica da UMinho, mas sim a sua Sobrevivência. Urge responder, sob pena de acabarmos com a Investigação na UMinho, e no incumprimento de um dos pilares da sua missão.**

Assim, agradecemos que o Conselho Geral da UMinho considere este nosso apelo com a atenção e urgência devidas, e tome as diligências necessárias para que esta situação seja resolvida com a maior brevidade possível.

Ao vosso dispor para esclarecimentos adicionais.

Luísa Alexandra Meireles Pinto, Investigadora Auxiliar de carreira (d4964)
Ana João Gomes Rodrigues, Investigadora Auxiliar de carreira (d4889)
Bruno Filipe Marques Costa, Investigador Auxiliar de carreira (d6392)
Sara Carina Duarte da Silva, Investigadora Júnior (CEEC 2021; d4813)
Maria de Belém de Sousa Sampaio Marques, Investigadora Júnior (DL57)
Marta Daniela Araújo da Costa, Investigadora Júnior (DL57)
Hugo Miguel do Vale Leite Santos de Almeida, Investigador/Docente (d3420)
Nídia de Sousa, Investigadora Júnior (DL57)
Joana Ribeiro Barbosa Cabral, Investigadora Auxiliar (CEEC 2019)
Marta Sílvia Freitas Da Costa, Investigadora Júnior (DL57)
Nuno Miguel Sampaio Osório, Investigador/Docente (d4652)
Neide Marina Vieira Pereira, Investigador (d3754)
Nadine Correia Santos, Investigadora/Docente (d5740)
Maria Isabel Mendes Veiga, Investigadora Auxiliar (d8495)
João Luís Fernandes Machado, Investigador (b12835)
Inês Moreira Ribeiro, Investigadora/Aluna de Doutoramento (id9531)
Ana Luísa Mendanha Falcão, Investigadora Auxiliar (d8738)
Sara Francisca Ramalhosa Guerreiro, (b12098)
Jonas de Oliveira Campos, Investigador/Aluno de Doutoramento (id9533)
Pedro Ricardo Luis Morgado, Professor (d4363)
Alexandra Gabriel Fraga, Investigadora Auxiliar de carreira (d8529)
Gisela Cristina Vieira Armada, Aluna de Doutoramento (id9963)
Ana Verónica Mendes Domingues, Aluna de Doutoramento (id8807)
Bárbara Salazar Guimarães Coimbra. Investigadora Júnior (d6352)
Daniela Monteiro Fernandes, Aluna de Doutoramento (id8942)
Helena Isabel Alvites Cavaleiro, Aluna de Doutoramento (id8269)
Marcos Fernández Rodríguez, Investigador/Aluno de Doutoramento (id9877)
Ana Raquel Ferreira Cunha, Aluna de Doutoramento (Id8805)
Patrícia Fernandes Fontão, Aluna de Doutoramento (id9967)
Adriana Manuela da Silva Mendes, Aluna de Doutoramento (id9003)
Joana Filipa Barbosa Pinheiro, Aluna de Doutoramento (id9964)
Sandra Maria Araújo da Costa, Investigadora (d6393)
Susana Cristina Roque Oliveira, Investigadora Júnior (d3842)
Fernanda Cristina Gomes de Sousa Marques, Investigadora Auxiliar de carreira (d4962)
João Filipe Pedreira de Oliveira, Investigador Auxiliar (d6207)
Andreia de Fátima Silva Vaz, Aluna de Doutoramento (id9000)
Cláudia Rubina Freitas Pereira de Nóbrega, Investigadora Auxiliar de carreira (d8734)
Ana Rita Gonçalves Gaspar, Assistente de Investigação (d12934)
Natacha Sofia Vieitas Gaspar, Aluna de Doutoramento (id10587)
Sara Barsanti, Investigadora (id10418)
Patrícia Ribeiro Pinto, Professora (d3725)
Ana Rita Gonçalves Vieira, Aluna de Doutoramento (id8989)
Filipe Manuel Vidal Falcão, Aluno de Doutoramento (id8998)
Carina Cunha, Investigadora Júnior (d4926)
Bruno Almeida, Investigador Júnior (DL57)
Claire Terrier, Investigadora Júnior (d13061)
Filipa Santos Costa Pinto Ribeiro de Lacerda, Professora auxiliar (d3105)
Raquel Gonçalves Correia, Aluna de Doutoramento (id10193)
Ricardo Filipe Bastos Gonçalves, Bolseiro de investigação e aluno de mestrado (b13204)
Marcelina Olga Węzik, Bolseiro de investigação (b12979)

Leandro Álvaro de Alcantara Aguiar, Investigador Júnior (d13001)
João Vítor Lemos Afonso, Aluno de Doutoramento (id9965)
Ricardo Jorge Leal Silvestre, Investigador Principal (d6753)
Catarina Vinhas Mósca Deseyve, Aluna de Mestrado (pg43063)
João Manuel do Canto Gomes, Aluno de Doutoramento (id8364)
Rui Manuel Reis, Professor Associado Convidado (d3118)
Ana Maria Franco Aveiro Marote, Investigadora Júnior (d8884)
Tiffany Santos Pinho, Aluna de Doutoramento (id8267)
Ana Patrícia Amorim Gomes, Aluna de Doutoramento (id7406)
Tawan Tayron Andrade de Carvalho, Investigador pos-doc (b13003)
Maria de Fátima Monginho Baltazar, Professora Associada (d3344)
Stéphanie Pereira Oliveira, Investigadora (b6438)
Nuno Jorge Ramos Abreu da Silva Lamas, Professor Auxiliar Convidado (d6115)
Diana Isabel Cardoso Carneiro, Aluna de Doutoramento (id7787)
Rute Carina Silva Moura, Investigadora (d4045)
João Carlos Sousa, Professor/Investigador
Nuno Jorge Carvalho de Sousa, Professor/Investigador (d2757)
Eduarda Pereira Martins, Aluna de Doutoramento (ID8266)
Jorge Manuel Rolo Pedrosa (d2634)
Sandro Filipe Monteiro Queirós, Investigador Júnior (d5863)
Daniela Sofia Marques Pereira, Aluna de Doutoramento (ID8996)
Joana Margarida Gonçalves Mota Silva, Investigadora Júnior (d7870)
Nuno André Martins Silva, Investigador Auxiliar (d6228)
Diogo Jorge Ferreira Santos, Aluno de Doutoramento (id9962)
Miguel Alves Rovisco Ribeiro, Aluno de Doutoramento (id8997)
Cármen Maria Leal Vieira, Investigadora (b12620)
José Carlos Lentilhas da Graça, Aluno de Doutoramento (id6519)
Carlos Manuel Campos Marques, Bolseiro de Investigação (b12938)
Jérémy Magalhães Peixoto, Bolseiro de Investigação (b13067)
Vitor Hugo Eira Pereira, Prof. Auxiliar (d4677)
Susana Isabel Gonçalves Monteiro, Investigadora Júnior, (d4821)
Andreia Filipa Gomes de Pinho, Aluna de Doutoramento (id9529)
Céline Saraiva Gonçalves, Investigadora Júnior (CEEC 2022; d5259)
Paula Cristina da Costa Alves Monteiro Ludovico, Professora/Investigadora (d3140)
Jorge Manuel Nunes Correia Pinto, Professor/Investigador (d3338)
António José Braga Osório Gomes Salgado, Investigador Coordenador (d4338)
Sandra Raquel Pinto Barata Antunes, Aluna de Doutoramento (id7405)
Olga Catarina Lopes Martinho, Investigador Júnior (d6404)
Ana Isabel Mendes Frias, Aluna de Doutoramento (id8209)
Sara Costa Granja, Investigadora (q9726)
Bruno André Pires da Silva, Aluno de Doutoramento (id9875)
Margarida Correia-Neves, Professora/Investigadora (d4021)
Joana de Almeida Santos Pacheco Palha, Professora/Investigadora (d2813)